



Pedreira (SP), 16 de Agosto de 2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 814/2021

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA (COTA PRINCIPAL), PARA OS LOTES DA PLANILHA 01 E LICITAÇÃO DIFERENCIADA (COTA RESERVADA DE 10%) PARA OS LOTES DA PLANILHA 02

Referente: Registro de preços para futuras aquisições parceladas de “Pneus” novos os quais serão utilizados para substituição dos pneus avariados dos veículos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira.

1 – PREÂMBULO

1.1. O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA, através do Setor de Licitações e Contratos, com sede administrativa situada à **Av. Joaquim Carlos, nº 1539 – Vila São José, na cidade de Pedreira, Estado de São Paulo**, torna público que se acha aberto o presente **PREGÃO PRESENCIAL**, sob o nº. **14/2021**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 2.389/2.015.

1.2. A Sessão Pública do Pregão Presencial ocorrerá às 10h00 do dia 03/09/2021, no seguinte endereço: Travessa Amor Perfeito, nº. 06 – Bairro São Nilo, na cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, onde serão recebidos os envelopes **01 - PROPOSTA COMERCIAL, 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, **os documentos para o(a) representante do(a) licitante se credenciar e a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação. EXCETO OS ENVELOPES ENVIADOS VIA CORREIO, que deverão ser enviados para a sede do SAAE no endereço constante no item 1.1. do edital.**

1.3. Integram este Edital, independentemente de transcrições, os seguintes anexos:

- I – Modelo de Declarações Diversas;
- II – Termo de Credenciamento;
- III – Modelo de Declaração de Habilitação;
- IV - Modelo Declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme Marco Legal Anticorrupção;
- V – Modelo de Declaração de Condição de ME, EPP ou Cooperativa;
- VI - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- VII - Termo de Ciência e de Notificação;
- VIII – Quantidades e descrições de cada item que compõe o objeto;
- IX – Planilha Orçamentária (Modelo de Proposta).

1.4. Os Anexos **II (Termo de Credenciamento)** e **III (Declaração de Habilitação)** deverão ser apresentados “FORA DOS ENVELOPES” e vir assinados pelo(a) representante legal da proponente, comprovando documentalmente que a pessoa que está assinando os Anexos é representante legal da proponente, sendo que caso não seja comprovado, o Termo de Credenciamento e as Declarações não serão aceitos.

1.4.1. Deverá ser apresentado também um documento de identificação da pessoa que está representando a Pessoa Jurídica na sessão do pregão presencial (**ex. R.G., Carteira de Habilitação, ou outro documento equivalente**) e **C.P.F. (Cadastro de Pessoa Física)**.



1.5. NO CASO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA QUE OPTAR PELA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº. 123/06

1.5.1.1. Esta Autarquia aplicará o disposto nos artigos 42/45 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de Dezembro de 2006. Os licitantes que se enquadrarem no âmbito de aplicação desta lei deverão apresentar em apartado declaração específica, conforme **Anexo V**, atestando que se enquadram nas suas disposições normativas, o que será feito no mesmo ato em que ocorrerá a entrega dos envelopes nº. 01 – proposta comercial e 02 – documentações. **(Atenção! Deverá ser entregue com os envelopes, porém deverá vir “FORA DOS ENVELOPES”).**

1.5.1.2. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal da licitante, conforme **Anexo V**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente. **(Atenção! Deverá ser entregue com os envelopes, porém deverá vir “FORA DOS ENVELOPES”).**

1.5.1.3. A pessoa jurídica licitante que não venha a atender o disposto no subitem 1.5.1.1 ou 1.5.1.2, não terá o benefício da Lei Complementar Federal n.º 123/06 aplicada a seu favor.

2 – OBJETO

2.1. O objeto deste Edital é o **Registro de preços para futuras aquisições parceladas de “Pneus” novos os quais serão utilizados para substituição dos pneus avariados dos veículos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira**, de acordo com o **Anexo VIII**, onde constam as quantidades e descrições de cada item que compõe o objeto.

2.2. As quantidades constantes no Anexo VIII são estimativas de consumo, previstas para serem consumidas no período de 12 (doze) meses, não estando a AUTARQUIA obrigada à aquisição total.

2.3. Fica observado que expirado o prazo de fornecimento, às partes não terão mais nenhuma obrigação uma com a outra, inclusive de consumir as quantidades estimadas no Anexo VIII.

3 – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Homologado o procedimento, o menor preço por item obtido no julgamento das propostas, será registrado em ata.

3.2. Será convocado o adjudicatário classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, bem como aplicação de penalidades previstas em Edital.

3.2.1 O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Diretoria Geral.

3.3. Não sendo assinada a Ata de Registro de Preços, poderá o órgão licitante convocar a outra proponente classificada, ao preço do primeiro, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.



- 3.4.** Colhidas às assinaturas será providenciada a imediata publicação da ata.
- 3.5.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração do SAAE poderá convocar os adjudicatários remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e efetuar os serviços ao respectivo preço registrado, na seguinte hipótese:
- 3.5.1.** Inexecução pelo primeiro colocado por qualquer motivo e conseqüentemente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior.
- 3.6.** Os adjudicatários convocados terão o mesmo prazo estabelecido no **item 3.2** para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do quantitativo e o período remanescente da Ata anterior.
- 3.7.** Os detentores das Atas não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual.
- 3.8.** A existência do preço registrado não obriga o SAAE a firmar as aquisições que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.
- 3.9.** Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e nos artigos 13 e seus incisos do Decreto Municipal nº 2.389, de 12 de Maio de 2015.
- 3.10.** No caso de descumprimento do **item 3.2** do Edital, sem justificativa aceita pela Autarquia, serão aplicadas as sanções previstas **no item 13 do Edital**.
- 3.11.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, com início a partir do próximo dia útil da assinatura da Ata de Registro de Preços.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Para os itens constantes na planilha 02 do anexo VIII (cota reservada de 10%, em cumprimento ao inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 12/2006): somente poderão participar do Pregão, microempresas e empresas de pequeno porte do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação, em atividade econômica compatível com o seu objeto. **Para os itens constantes na planilha 01 do anexo VIII (cota principal):** poderão participar do Pregão, empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem as exigências de habilitação, em atividade econômica compatível com o seu objeto.

4.1.2. Pessoas Jurídicas não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 **(este subitem é aplicável somente para os licitantes que ofertarem propostas para os itens da Planilha 02).**

4.1.3. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo do objeto licitado, sendo vedada à participação de:

4.1.3.1. Consórcios;

4.1.3.2. Pessoas jurídicas declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

4.1.3.3. Pessoas jurídicas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Pedreira/SP;

4.1.3.4. Pessoas jurídicas com falência decretada ou concordatária;



4.1.3.5. Pessoas jurídicas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal de Pedreira/SP.

4.1.3.6. Pessoas físicas/jurídicas que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;

4.1.3.7. Pessoas físicas/jurídicas que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.3.8. Pessoas físicas/jurídicas que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.1.3.9. Pessoas físicas/jurídicas que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

4.1.3.10. Pessoas físicas/jurídicas que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

4.1.3.11. Pessoas físicas/jurídicas que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

4.1.3.12. Pessoas físicas/jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

4.1.3.13. Pessoas físicas/jurídicas que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011.

5 - CREDENCIAMENTO

5.1. No dia, hora e local estipulado no preâmbulo, os participantes deverão estar representados por agentes credenciados, com poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases do processo licitatório.

5.2. O **credenciamento** far-se-á por **procuração** através de instrumento público ou particular, em original ou cópia autenticada, devendo obrigatoriamente apresentar os dados constantes do **Anexo II**.

5.3. Sendo o(a) representante sócio(a) ou dirigente da licitante, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo ato constitutivo ou documento no qual estejam expressos os seus poderes.

5.4. O documento de credenciamento deverá ser entregue juntamente com a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente. Em separado, será entregue os envelopes **“PROPOSTA DE PREÇOS”** e **“DOCUMENTAÇÕES – HABILITAÇÃO”**.



5.5. O fato da não apresentação do documento de credenciamento não será motivo para a desclassificação ou inabilitação da licitante. Neste caso, o(a) representante ficará apenas **impedido(a) de se manifestar e responder pela licitante durante os trabalhos.**

5.6. Cada credenciado poderá representar apenas uma Pessoa Jurídica.

5.7. Os documentos de credenciamento serão retidos pelo Pregoeiro e juntados ao Processo Licitatório.

6 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. Os Envelopes nº. **01 (Proposta Comercial)** e nº. **02 (Documentações – Habilitação)**, deverão ser apresentados separadamente, em envelopes devidamente fechados e indevassáveis, contendo preferencialmente os seguintes dizeres na parte externa:

ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL e ENVELOPE Nº. 02 – DOCUMENTAÇÕES – HABILITAÇÃO

INTERESSADO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2021

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO COMPLETO DA LICITANTE:

CNPJ:

TELEFONE:

6.2. A ausência dos dizeres na parte externa dos envelopes não constituirá motivo para desclassificação da licitante, que poderá regularizá-los no ato da entrega.

7 - CONTEÚDO DOS ENVELOPES

7.1. O Envelope “01” – **PROPOSTA COMERCIAL**, deverá conter a Proposta da licitante, de acordo com o disposto no **Item 8.**

7.2. O Envelope “02” – **DOCUMENTAÇÕES – HABILITAÇÃO**, deverá conter as documentações de que trata o **Item 9.**

8. ENVELOPE “01” – PROPOSTA COMERCIAL:

8.1. O Envelope Proposta Comercial deverá conter:

8.1.1. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira disponibilizará a Planilha Orçamentária – Modelo de Proposta (Anexo IX) em arquivo de Word, onde estão bloqueados, para não ser feita nenhuma alteração no número do item, sua quantidade, unidade e descrição, devendo preferencialmente a licitante cotar o item que tem interesse utilizando-se deste arquivo, acrescentando apenas a(s) marca(s) do(s) produto(s) ofertado(s), seu(s) valor(es) unitário(s) (digitado(s) ou datilografado(s)), com no máximo 02 (duas) casas decimais, a razão social, endereço completo, CNPJ, local e data – todos da licitante participante do certame, incluindo no(s) preço(s) ofertado(s) o(s) custo(s) com todos os tributos, encargos, transporte e descarregamento na forma indicada no item 14 deste edital;

8.1.1.1. A Planilha Orçamentária – Modelo de Proposta deverá vir devidamente assinada em seu final e rubricada nas demais folhas pelo(a) representante legal da licitante, onde deverá vir comprovado documentalmente que quem está assinando a planilha orçamentária é o(a) representante legal da proponente, e, este documento deverá estar dentro do Envelope “01” - **PROPOSTA COMERCIAL**, caso essa documentação comprobatória não seja apresentada no credenciamento;



8.1.1.2. Caso a licitante não opte por cotar sobre o modelo de proposta disponibilizado pela Autarquia, sua proposta deverá conter os mesmos dados.

8.1.1.3. Apresentar catálogo ou documento equivalente do objeto ofertado, com foto, observando que o catálogo ou documento equivalente deverá ser do fabricante, no original ou em cópia autenticada de acordo com o disposto no artigo 32, da Lei Federal nº 8.666/93, escrito em português, ou em língua estrangeira com tradução oficial para a língua brasileira, contendo as características técnicas do objeto ofertado. No catálogo ou documento equivalente deverá constar a descrição necessária para comprovar que a característica contida no mesmo preenche a todos os requisitos estabelecidos no anexo VIII deste edital.

8.1.2. A proposta de preços deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.1.3. Fica observado que as licitantes ficam desobrigadas a cotarem todos os itens descritos no **Anexo IX** do Edital, pois o julgamento é o menor preço para fornecimento de cada item.

8.2. O critério de julgamento das propostas de preços será o de **MENOR PREÇO DOS ITENS DESCRITO NAS PLANILHAS CONSTANTES NO ANEXO VIII DO EDITAL**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

8.3. Serão desclassificadas as propostas de preços:

8.3.1. Que não atenderem as exigências do Edital e seus anexos ou a Legislação aplicável;

8.3.2. Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

8.3.3. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

8.3.4. Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 147/14 (**este subitem é aplicável somente para o item constantes na planilha 02 do anexo VIII**).

8.4. Simples Nacional: As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pela Comissão.

8.4.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no parágrafo acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o Último dia Útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, caput, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

8.4.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o parágrafo acima caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

9 - ENVELOPE "02" – DOCUMENTAÇÕES – HABILITAÇÃO:



9.1. Será considerada habilitada a licitante que apresentar os documentos relacionados abaixo:

8.1.1. Quanto à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a.1) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI

a.2) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;

a.3) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

a.4) Ato constitutivo devidamente atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

a.5) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

a.6) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa.

b) Os documentos relacionados neste subitem não precisarão constar do Envelope nº 2 – Habilitação se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste edital.

9.1.2. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b.) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;

c.) Prova de regularidade para com as **Fazendas Federal, Estadual e Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei, **mediante a apresentação das seguintes certidões:**

c.1.) Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal, **o qual abrange também as contribuições previdenciárias, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de Outubro de 2014;**

c.2.) Certidão de Regularidade de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo(a) representante legal da licitante, sob as penas da lei;

c.3.) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, referente a taxa de licença de funcionamento;

d.) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

e) as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, consoante dispõe o art. 43, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. No caso de apresentar alguma restrição, sua regularização deverá se dar no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a(s) microempresa(s) ou a(s) empresa(s) de pequeno



porte for(em) declarada(s) vencedora(s), ou seja, somente para efeito da assinatura da Ata de Registro de Preços. Fica observado que, este prazo poderá ser prorrogado por igual período em havendo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro, nos termos do §1º do art. 43, do mesmo dispositivo legal, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

f) em não havendo regularização consoante previsão na **alínea "f"**, implicará em decadência do direito ao Registro, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para assinatura da Ata de Registro de Preços ou revogar a licitação nos termos do art. 43, § 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006 e suas alterações.

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa.

9.1.3. Quanto à AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de **falência, recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da **SEDE** da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

a.1) Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea anterior deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

a.2) Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso

9.1.4. Outros Documentos:

Apresentar a declaração exigida no **Anexo I e IV**, que deverá vir assinada pelo(a) representante legal da proponente, comprovando documentalmente que a pessoa que está assinando a declaração é representante legal da proponente, caso essa documentação comprobatória não seja apresentada no credenciamento ou no **envelope de nº. 01 – proposta comercial**.

9.2. A documentação solicitada será aceita no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de imprensa oficial ou por servidor da Administração, mediante a apresentação do respectivo original, no ato de abertura do envelope nº. 02.

9.3. É vedada a mesclagem de documentos de regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho;

9.4. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, será aceito como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

9.5. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor dos documentos apresentados, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

9.6. Caso o objeto da Ata de Registro de Preços venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos no subitem 9.1.2 deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento que executará o objeto do contrato.

9.7. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a

Sede Adm. Avenida Joaquim Carlos, nº 1.539 – Vila São José – Pedreira /SP – CEP. 13920-000 – Fone: (19) 3852-4654

CNPJ: 09.579.148/0001-05



apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10 - DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO

10.1. No dia, hora e local, designados no Edital, o Departamento de Licitações e Contratos fará o recebimento dos envelopes: **01 – proposta comercial; 02 – documentações – habilitação, os documentos para o(a) representante do(a) licitante se credenciar, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e Declaração de Condição de ME, EPP ou cooperativa;**

10.2. Em sessão pública no dia, hora e local descritos no preâmbulo deste, o interessado ou representante legal procederá ao credenciamento nos termos do **item 4.** deste Edital, e o Pregoeiro procederá a abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais, ordenando-as em ordem crescente de valores.

10.3. Em seguida identificará as propostas de menor preço por item, cujo conteúdo atenda as especificações do Edital.

10.4. As propostas com valores superiores em até **10% (dez por cento)** da proposta de menor preço por item, serão **desclassificadas**.

10.5. Não havendo no mínimo, **03 (três) propostas válidas** nos termos dos **subitens 10.3. e 10.4.** serão selecionadas até **03 (três) melhores propostas** e os seus autores convidados a participar dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

10.6. Em caso de empate das melhores propostas, na hipótese do item anterior, todos os proponentes com o mesmo preço serão convidados a participar dos lances verbais.

10.7. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, formulados de forma sucessiva, inferiores à proposta de **menor preço por item**.

10.8. O(A) Pregoeiro(a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor. Em igualdade de condições, persistindo o empate, a classificação far-se-á obrigatoriamente por sorteio.

10.9. Será admitido o empate ou redução de no **mínimo 0,50%** sobre o menor preço unitário apresentado, ou outra porcentagem acordada antes do início da fase de lances entre os licitantes e o(a) Pregoeiro(a), observando que no preço acordado será sempre considerado no máximo **02 (duas) casas decimais**.

10.10. O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pelo(a) Pregoeiro(a), os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.11. A ausência de representante credenciado ou a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.12. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de **menor preço**.



10.12.1. Havendo empate na proposta escrita e não sendo ofertados lances, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão.

10.13. Quando comparecer um único licitante ou houver uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade dos preços ofertados.

10.14. Declarada encerrada a etapa de lances e classificadas as ofertas na ordem crescente de valor, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do preço da(s) primeira(s) classificada(s), decidindo motivadamente a respeito.

10.15. Considerada aceitável a proposta de menor preço por item, obedecidas às exigências fixadas no Edital, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.16. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

10.17. Com relação aos itens constantes na planilha 01, se o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota principal do objeto, o registro de preços das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

10.18. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no Edital, o(s) proponente(s) será(ão) declarado(s) vencedor(es).

10.19. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

10.20. Nas situações previstas nos **subitens 10.12, 10.13, 10.14 e 10.19**, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.21. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame, e rubrica dos participantes e da equipe do Pregão.

10.22. A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, quando então, dependendo do resultado da consulta, a licitação seguirá um dos destinos constantes do **item 11**.

10.22.1. O prazo para apresentação das razões do recurso, e para contrarrazões, está disciplinado no inciso XVIII, art. 4º. da Lei 10.520/02;

10.22.2. O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro, o qual deverá ser protocolado no Setor de Protocolo do SAAE, ou no Setor de Licitações e Contratos, que estão localizados na Avenida Joaquim Carlos, nº 1.539, Vila São José, Pedreira/SP, CEP.: 13.920-00, entregue por correio no referido endereço, ou por e-mail, no seguinte endereço eletrônico: licitacao@saaepedreira.com.br. Ao receber o recurso, o Pregoeiro encaminhará o mesmo com relatório a autoridade superior para decisão, cuja manifestação do Pregoeiro e da autoridade superior deverá ocorrer nos prazos estabelecidos no § 4º., do art. 109 da Lei 8.666/93.

10.23. O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo.



10.24. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.25. A falta de manifestação **motivada** do licitante na sessão importará a decadência do direito de recurso.

10.26. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes, devidamente rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, sendo exibidos aos licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

10.27. Observação:

10.27.1. Havendo propostas de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas, com intervalos iguais ou inferiores a 05% (cinco por cento) da licitante originalmente melhor classificada no certame, serão consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, §1º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.27.2. Não sendo exercido o direito de preferência nos termos do subitem 10.27.1. no prazo de 05 (cinco) minutos, com a apresentação de proposta inferior, ocorrerá à preclusão e a contratação da proposta mais bem classificada.

10.27.3. O intuito da preferência da contratação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa prevista no subitem 10.27.1, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por uma delas.

10.28. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 4. deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

10.28.1. Sistema de Apenados – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<http://www4.tce.sp.gov.br>);

10.28.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

10.28.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

10.29. Constituem, igualmente, condições para a celebração da ata de registro de preços:

a) a indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

11 – DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Caso não haja recurso, o(a) pregoeiro(a), na própria sessão pública, adjudicará o objeto do certame ao Licitante vencedor, encaminhando o processo para homologação pelo Sr. Diretor Geral.



11.2. Caso haja recurso, os interessados poderão juntar memoriais no prazo de **03 (três) dias**, contados do dia útil subsequente à realização do Pregão, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, os quais deverão ser protocolados no setor de protocolo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira no endereço descrito no subitem 1.1.

11.2.1. Os memoriais e contrarrazões de que trata a subitem anterior, se apresentados, serão disponibilizados para consulta no site da Autarquia, através do portal www.saaepedreira.com.br, no link LICITAÇÕES, junto ao pregão correspondente.

11.1.2. Nessa hipótese, o Sr. Diretor Geral decidirá os recursos, adjudicará o objeto do Pregão ao licitante vencedor e, constatada a regularidade dos atos procedimentais, homologará o procedimento licitatório.

11.3. O resultado final do Pregão será divulgado no **Diário Oficial do Município, publicado no site www.saaepedreira.com.br, no link “Diário Oficial” - “Consulta Diário Oficial”.**

12 – DO TERMO DE ATA

12.1. A licitante classificada em primeiro lugar será convocada, após Homologação do processo licitatório pelo Senhor Diretor Geral, para assinar a ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, bem como aplicação de penalidades previstas em Edital.

12.2. A ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, procurador, diretor ou sócio, acompanhado, respectivamente, de procuração ou contrato social e cédula de identidade.

12.3. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Diretoria Geral.

12.4. Na hipótese de não atendimento à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à administração desde que haja conveniência proceder o chamamento das demais licitantes, observada a ordem de classificação das propostas e desde que o fornecimento do objeto seja feito nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados monetariamente.

12.5. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o termo da Ata, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de **5% (cinco por cento) sobre o valor estimativo**, cumulada com a sua suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Autarquia Municipal por prazo não superior a 05 (cinco) anos, ficando sujeita, ainda, às demais sanções previstas nas legislações que regem esta licitação.

12.6. Os atos decorrentes da nova convocação a que se refere o item 12.4 serão realizados através da publicação no **Diário Oficial do Município, publicado no site www.saaepedreira.com.br, no link “Diário Oficial” - “Consulta Diário Oficial”, com a convocação direta das licitantes remanescente classificadas para análise da aceitabilidade da taxa ofertada, e se for o caso, a abertura do respectivo envelope “DOCUMENTAÇÃO”, com observância de todos os termos previstos neste edital.**



12.7. Colhidas às assinaturas será providenciada a imediata publicação da ata.

12.8. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração do SAAE poderá convocar os adjudicatários remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e efetuar os serviços ao respectivo preço registrado, na hipótese da cláusula 16.

12.9. Os adjudicatários convocados terão o mesmo prazo estabelecido no **item 12.1** para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do quantitativo e o período remanescente da Ata anterior.

13. DO PREÇO:

Os preços que vigorarão na Ata de Registro de Preços constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo adequado e perfeito fornecimento do objeto, e pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas.

14 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme **cláusula 10** da Ata de Registro de Preços (anexo VI deste edital)

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Conforme **cláusula 4** da Ata de Registro de Preços (anexo VI deste edital).

16 – RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Conforme **cláusula 9** da Ata de Registro de Preços (anexo VI deste edital).

17 – REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser revogada pela Administração do SAAE:

17.1.1. Automaticamente;

17.1.1.1. Por decurso de prazo de vigência;

17.1.1.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

17.2. Pelo SAAE, quando caracterizado o interesse público.

18 – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes da prestação do serviço do objeto deste edital correrão por conta da Rubrica Orçamentária n.º: **04.01.01.17.512.0020.2.071.3.3.90.30.39 – Outros Material de Consumo.**

19 – DA FORMA DE ADQUIRIR O EDITAL E DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

O Edital em inteiro teor estará novamente à disposição dos interessados, à partir do dia **19/08/2021**, de 2ª à 6ª feiras (exceto feriados ou pontos facultativos), das 8:00 às 17:00 horas, no Setor de Licitações, situado à Avenida Joaquim Carlos, nº 1.539 – Vila São José, na cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, mediante o recolhimento de taxa no valor de **R\$ 14,40 (quatorze reais e quarenta centavos)**, correspondente aos custos com cópias xerográficas, ou pelo site do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira, através do Portal www.saaepedreira.com.br, nos links **LICITAÇÕES / EXERCÍCIOS**, gratuitamente.

20 – DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO



Conforme **cláusula 7** da Ata de Registro de Preços (anexo VI deste edital)

21 – DOS FISCAIS/GESTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Conforme cláusula 12 da minuta da Ata de Registro de Preços (anexo VI deste edital)

22. DA(S) DOCUMENTAÇÃO(ÕES) A SER(EM) APRESENTADA(S) PELA(S) LICITANTE(S) VENCEDORA(S) DO CERTAME:

22.1. PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS A(S) LICITANTE(S) VENCEDORA(S) DO CERTAME DEVERÁ(ÃO) APRESENTAR:

22.1.1. Todos os documentos **relativos à regularidade fiscal** descritos no subitem **9.1.2.** que estiverem vencidos quando da apresentação para o certame, conforme prevê o **art. 16 da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 02 outubro de 2014;**

21.1.2. Certificado de Regularidade expedido pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), obrigatório àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou importados, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente. No caso do licitante ser distribuidor/revendedor deverá obter os documentos referentes itens junto ao fabricante e/ou importador dos produtos cotados;

21.1.3. Certificado emitido pelo INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, obrigatório àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior. No 7/41 caso do licitante ser distribuidor/revendedor deverá obter os documentos referentes itens junto ao fabricante e/ou importador dos produtos cotados.

21.1.3.1. A documentação exigida no subitem **21.1.3.** não se aplica a pneus fora de estrada, câmaras de ar e protetores de câmaras de ar. A homologação INMETRO ocorre privativamente sobre pneumáticos destinados a motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros, inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados.

22.2. A(S) DOCUMENTAÇÃO(S) APRESENTADA(S) SOMENTE SERÁ(ÃO) ACEITA(S) E CONSIDERADA(S) VÁLIDA(S) NO ORIGINAL OU POR QUALQUER PROCESSO DE CÓPIA AUTENTICADA POR CARTÓRIO COMPETENTE, POR PUBLICAÇÃO EM ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL OU POR SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO.

22.3. Caso a(s) licitante(s) vencedora(s) do certame deixar(em) de apresentar a(s) documentação(ões) exigida(s) no **subitem 22.1.1.**, será aplicada multa pecuniária em **20% (vinte por cento)** do valor total vencido, além da sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

22.4. No caso de não aprovação do(s) documento(s), será garantido o contraditório e a ampla defesa, abrindo-se prazo recursal de **03 (três) dias**, a contar da intimação da reprovação, garantindo-se o mesmo prazo para contrarrazões, caso haja recurso, começando-se a correr o prazo à contar da intimação de que foi impetrado recurso.

23 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Conforme **cláusula 13** da Ata de Registro de Preços.

24 - DISPOSIÇÕES GERAIS:



24.1. Tendo em vista a pandemia de Coronavírus COVID-19 e nos termos do Decreto Municipal nº 2.859, de 13 de abril de 2020, o qual dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de máscara de proteção no Município de Pedreira, será obrigatório o uso de máscara de proteção durante a permanência na Sessão Pública e não será admitida a presença e permanência de qualquer pessoa sem a máscara de proteção durante a sessão do pregão presencial. Esta Autarquia disponibilizará álcool gel para a higienização das mãos.

24.2. Qualquer cidadão ou licitante poderá impugnar os termos do edital no prazo estabelecido no art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93, onde tal impugnação deverá ser encaminhada por e-mail, no seguinte endereço: licitacao@scaepedreira.com.br, mediante confirmação do recebimento, ou ser entregue no Setor de Licitações e Contratos ou no Protocolo Geral.

23.2.1. A petição será dirigida ao subscritor do edital;

24.2.2. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação da proposta;

24.2.3. A resposta à impugnação será publicada no site da Autarquia, através do portal www.scaepedreira.com.br, no link LICITAÇÕES, junto ao pregão correspondente.

24.3. A apresentação dos Envelopes implica na aceitação tácita e irrestrita pelo licitante de todas as condições estabelecidas no presente edital e em seus anexos.

24.4. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.5. Fica assegurado a Autarquia de Pedreira/SP o direito de no interesse da Administração, revogar, a qualquer tempo, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

24.6. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e esta Autarquia não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

24.7. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.8. A Detentora da Ata fica obrigada a cumprir integralmente os recebimentos de fornecimento até a data de vencimento da Ata de Registro de Preços.

24.8.1. O encerramento do prazo de validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da Detentora de cumprir as ordens de fornecimento, recebidas até a data de vencimento da Ata de Registro de Preços

24.9. A Autarquia só aceitará a mudança de marca(s) e/ou procedência do(s) item(ns) cotado(s), somente com a aprovação do(s) departamento(s) solicitante(s) e desde que a qualidade do produto



seja igual ou superior ao cotado pela licitante, e não haja mudança no preço Registrado.

24.9.1. Para substituição(ões) da(s) marca(s) e/ou procedência(s) ofertada(s), a licitante vencedora deverá comprovar a inviabilização de fornecimento da(s) marca(s) e/ou procedência(s), ou seja, comprovar que se deve a fato superveniente não imputável a licitante vencedora. Exemplo clássico: Descontinuidade de fabricação do(s) produto(s), que deverá restar comprovada, por meio de documentos, que o produto efetivamente foi retirado de linha. Caso a(s) nova(s) marca(s) e/ou procedência(s) não atenda(m) as necessidades da Autarquia, ou seja, não preste ao atendimento do interesse público, a(s) substituição(ões) não será(ão) possível(is).

24.10. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno. O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

24.11. A ata do certame será disponibilizada a todos os interessados no site da Autarquia, através do portal www.saaepedreira.com.br, no link LICITAÇÕES, junto ao pregão correspondente.

24.12. Caso a ME ou EPP decida disputar também a cota ampla (itens da Planilha 01) e arremate as mesmas, tem a obrigação de fechá-la no mesmo preço ofertado na sua cota (itens da Planilha 02).

24.13. O(s) quantitativo(s) da cota principal, como da cota reservada, será(ão) solicitado(s) de acordo com as necessidades da Administração, e, na porcentagem do(s) quantitativo(s) ativo(s) reservado(s) a cada um.

25- DO FORO

Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca de **Pedreira/SP**, excluído qualquer outro.

Leonardo Selingardi
DIRETOR GERAL INTERINO



ANEXO I – PREGÃO PRESENCIAL N.º. 14/2021

MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS

Eu _____ (nome completo), representante legal da _____ (denominação da pessoa jurídica), participante do **PREGÃO PRESENCIAL n.º 14/2021**, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira, **DECLARO**, sob as penas da lei:

a) Nos termos do inciso **V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações**, que a pessoa jurídica encontra-se em **situação regular perante o Ministério do Trabalho**, no que se refere à observância do disposto no **inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal**

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal n.º 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal n.º 13.467/2017.

c) Para o caso de pessoas jurídicas em recuperação judicial: estar ciente de que no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços devei apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

d) Para o caso de pessoas jurídicas em recuperação extrajudicial: estar ciente de que no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços devei apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;

Data e assinatura do(a) representante legal da pessoa jurídica



ANEXO II – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2021

TERMO DE CREDENCIAMENTO

**Ref: Pregão Presencial nº. 14/2021
Processo Licitatório nº. 814/2021**

A Pessoa Jurídica _____, com sede na _____, C.N.P.J. nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, CREDENCIA o(a) Sr.(a) _____, _____ (CARGO), portador(a) do R.G. nº _____ e C.P.F. nº _____, para representá-la perante o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira/SP, no **Pregão Presencial nº. 14/2021 (Registro de preços para futuras aquisições parceladas de “Pneus” novos os quais serão utilizados para substituição dos pneus avariados dos veículos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira)**, podendo formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

(Data)

NOME

ASSINATURA

R.G

CARGO



ANEXO III – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2021

MODELO: DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Ref: Pregão Presencial nº. 14/2021
Processo Licitatório nº. 814/2021

Eu _____ (nome completo), RG nº _____, representante legal da _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, que a Pessoa Jurídica cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do **Pregão Presencial nº. 14/2021**, realizado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira/SP, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação no certame.

Data e assinatura do(a) representante legal da Pessoa Jurídica



ANEXO IV – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2021

MODELO: DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do **Pregão Presencial nº 14/2021, Processo Licitatório nº 814/2021, DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013.

Data e assinatura do(a) representante legal da pessoa jurídica



ANEXO V – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2021

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ _____, _____ (preencher com o item a ou b, conforme a referida empresa se enquadrar).

a) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: A empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2.014, cujos termos declara conhecer na íntegra;

b) Para Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007: O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e a cooperativa auferiu Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

Cujos termos declaro conhecer na íntegra, **estando apta**, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos artigos 42 a 45 da referida Lei complementar, no procedimento licitatório do Pregão Presencial nº 14/2021, realizado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Pedreira/SP.

_____/SP, _____ de 2021.

Assinatura do representante

Nome e assinatura do representante Legal

RG nº:



ANEXO VI – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2021

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº___/___ PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE “PNEUS” NOVOS OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS PNEUS AVARIADOS DOS VEÍCULOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA.

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA**, com sede administrativa à Rua Avenida Joaquim Carlos, nº 1.539, Vila São José – Pedreira - SP, inscrita no CNPJ (MF) sob o número 09.579.148/0001-05, neste ato representada pelo (a) Direto Geral Sr. _____, portador(a) da Cédula de Identidade R.G. n.º _____ matriculado(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda Sob n.º _____, residente e domiciliado(a) à Rua _____ neste município de Pedreira Estado de São Paulo doravante denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, **A EMPRESA** _____, com sede à _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o número _____, neste ato representada pelo(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade R.G. n.º _____, matriculado(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º _____, residente e domiciliado(a) à _____, doravante denominada **DETENTORA**, têm entre si justo e acertado **REGISTRAR O PREÇO** do objeto abaixo especificado, decorrente da licitação **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 14/2021**, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002 aplicando subsidiariamente o que couberem, as disposições da Lei Federal 8666/93, e suas alterações e Decreto Municipal nº 2.389/2.015, e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA 01

DO OBJETO

1.1. A DETENTORA, obriga-se a **fornecer parceladamente** “Pneus” novos os quais serão utilizados para substituição dos pneus avariados dos veículos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira, em conformidade com o **processo licitatório nº. 814/2021 – pregão presencial nº. 14/2021**, que integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

1.2. Quantidade(s), descrição(ões), marca(s) e preço(s) do objeto:

PLANILHA 01 LOTES CORRESPONDENTES À COTA AMPLA

ITEM	QTDE.	UNIDS.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	8	Unid.	PNEU TRASEIRO BORRACHUDO MEDINDO 1000/20 CAPACIDADE DE CARGA 3000 A 3075KG PNEU RADIAL PARA SERVIÇOS URBANOS PROFUNDIDADE INICIAL DO SULCO DE 16.5 Á 17.5 CALIBRAGEM DE 115 LIBRAS COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
2	8	Unid.	PNEU LISO DIANTEIRO MEDINDO 1000/20 CAPACIDADE DE CARGA de 3000 a 3075 KG PNEU RADIAL PARA SERVIÇOS URBANOS PROFUNDIDADE INICIAL DO SULCO DE 16.5 Á 17.5 CALIBRAGEM DE 115 LIBRAS COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$



3	15	Unid.	PROTETOR PARA PNEU 1000/20 – MARCA:	R\$	R\$
4	15	Unid.	CAMARA DE AR PARA PNEU 1000/20 – MARCA:	R\$	R\$
5	15	Unid.	PNEU 185 - R14 COM 08 LONAS COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
6	15	Unid.	PNEU 165X70 R13 PARA VEICULO WOLSKVAGEN E PALIO COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
7	15	Unid.	PNEU 175/65 R14 PARA VEICULOS MOBI E PEUGEOT COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
8	8	Unid.	PNEU 175/65 R14 PARA VEICULOS MOBI E PEUGEOT COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
9	8	Unid.	PNEU 175/70 R14 PARA VEÍCULO STRADA COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
10	8	Unid.	PNEU 750 /16 R16 PARA VEÍCULO MERCEDES 608 TRASEIRO BORRACHUDO COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
11	8	Unid.	CAMARAS DE AR P/ PNEU BORRACHUDO TRASEIRO 750 X 16 R CAMINHAO 608 – MARCA:	R\$	R\$
12	8	Unid.	PROTETOR PARA PNEU 750x16 R16 – MARCA:	R\$	R\$
13	4	Unid.	PNEU DIANTEIRO LISO PARA VEICULO MERCEDES 608 750/16 COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
14	4	Unid.	CAMARA DE AR PARA PNEU 750/16 - DIANTEIRO ARO 16 – MARCA:	R\$	R\$
15	4	Unid.	PROTETOR PARA PNEU 750/16 – MARCA:	R\$	R\$
16	4	Unid.	PNEU TRASEIRO PARA RETRO ESCAVADEIRA MAXXOR 19.51.24 12 PR 210 RPA COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
17	4	Unid.	PNEU DIANTEIRO PARA RETRO ESCAVADEIRA MAXXOR 12.16.5 COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
18	8	Unid.	PNEU 185/65 R15 PARA VEICULO RENAULT LOGAN COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
19	8	Unid.	PNEU 165X70 R13 PARA VEICULO WOLSKVAGEN E PALIO COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
20	6	Unid.	PNEU TRASEIRO PARA MOTOCICLETA FAN HONDA 125 CC 90/90/18 COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
21	6	Unid.	PNEU DIANTEIRO PARA MOTOCICLETA FAN HONDA 125 CC 80/100/18 COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
22	3	Unid.	PNEU TRASEIRO PARA MOTOCICLETA YAMAHA FACTOR 125 CC 90/90/18 COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$



23	3	Unid.	PNEU DIANTEIRO PARA YAMAHA FACTOR 125 CC 2.75.18 COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
----	---	-------	---	-----	-----

PLANILHA 02 LOTES CORRESPONDENTES À COTA RESTRITA

ITEM	QTDE.	UNIDS.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
24	1	Unid.	PROTETOR PARA PNEU 1000/20 – MARCA:	R\$	R\$
25	1	Unid.	CAMARA DE AR PARA PNEU 1000/20 – MARCA:	R\$	R\$
26	1	Unid.	PNEU 185 - R14 COM 08 LONAS COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
27	1	Unid.	PNEU 165X70 R13 PARA VEICULO WOLSKVAGEN E PALIO COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$
28	1	Unid.	PNEU 175/65 R14 PARA VEICULOS MOBI E PEUGEOT COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:	R\$	R\$

CLÁUSULA 02

DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA:

A DETENTORA se compromete, em decorrência desta avença, a:

- 2.1. Assinar a Ata de Registro de Preços;
- 2.2. Fornecer o objeto conforme especificação na presente ata de registro de preços;
- 2.3. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ORGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente Ata de Registro de Preços;
- 2.4. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontram-se vencidas;
- 2.5. Os produtos deverão ter garantia de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação para promover e preservar o conforto, estabilidade e segurança.
- 2.6. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
- 2.7. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão Gerenciador e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços;
- 2.8. Arcar com o pagamento de todos os tributos, encargos e demais obrigações que incidam sobre o fornecimento.
- 2.9. Comunicar ao Órgão Gerenciador, no prazo de **03 (três) dias úteis**, antes do prazo fixado para a entrega do objeto, qualquer ocorrência anormal, que impeça o fornecimento do mesmo.



2.10. O Órgão Gerenciador só aceitará a mudança de marca(s) e/ou procedência(s) do(s) item(ns) cotado(s), somente com a aprovação do(s) departamento(s) solicitante(s) e desde que a qualidade do produto seja igual ou superior ao cotado pela licitante, e não haja mudança no preço Registrado.

2.10.1. Para substituição(ões) da(s) marca(s) e/ou procedência(s) ofertada(s), a detentora deverá comprovar a inviabilização de fornecimento da(s) marca(s) e/ou procedência(s), ou seja, comprovar que se deve a fato superveniente não imputável a detentora. Exemplo clássico: Descontinuidade de fabricação do(s) produto(s), que deverá restar comprovada, por meio de documentos, que o produto efetivamente foi retirado de linha. Caso a(s) nova(s) marca(s) e/ou procedência(s) não atenda(m) as necessidades do Órgão Gerenciador, ou seja, não preste ao atendimento do interesse público, a(s) substituição(ões) não será(ão) possível(is), e esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindido por inexecução, com eventual(is) penalidade(s).

2.11. A Detentora da Ata fica obrigada a cumprir integralmente os recebimentos de fornecimento até a data de vencimento da Ata de Registro de Preços.

2.11.1. O encerramento do prazo de validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da Detentora de cumprir as ordens de fornecimento, recebidas até a data de vencimento da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 03

DO PREÇO REGISTRADO

O valor total desta Ata de Registro de Preços é de R\$ _____ (_____), conforme quantidade(s), descrição(ões) e preço(s) citado(s) na **cláusula 1.2.**

CLÁUSULA 04

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos do objeto deste Edital serão efetuados diretamente pelo SAAE, através da sua Tesouraria.

4.2. A cada entrega do item registrado, a Detentora da Ata emitirá Nota Fiscal eletrônica (NF-e), a qual será atestada e rubricada pelo fiscal da ata de registro de preços, o qual será pago em até **15 (quinze) dias consecutivos**, após o seu recebimento, respeitando o disposto no artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93.

4.3. Deverá estar indicado na Nota Fiscal eletrônica (NF-e), o número do Pregão, número da Ata de Registro de Preços.

4.4. Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da detentora a cada pagamento realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

4.5. Em caso de devolução da Nota Fiscal/ Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir da sua reapresentação.

4.6. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira – SAAE não efetuará qualquer pagamento por boleto bancário ou ficha de compensação. Os pagamentos serão feitos via depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante ou mediante retirada no valor na Tesouraria do SAAE.



CLÁUSULA 05

VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, com início a partir do próximo dia útil da assinatura da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 06

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes da prestação do serviço do objeto deste edital correrão por conta da Rubrica Orçamentária n.º: **04.01.01.17.512.0020.2.071.3.3.90.30.39 – Outros Material de Consumo.**

CLÁUSULA 07

DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

7.1. O fornecimento do objeto desta licitação será parcelado, conforme pedidos de fornecimento emitidos pelo Depto. de Compras, os quais serão transmitidos via email, fax ou entregues pessoalmente a Detentora da Ata.

7.2. A entrega do objeto será no local a ser definido pelo órgão gerenciador e informado à detentora através do pedido de compras.

7.3. A entrega do objeto, não poderá ser superior a **30 (trinta) dias consecutivos**, a contar do próximo dia útil do recebimento do pedido de fornecimento.

7.4. Os produtos deverão possuir data de fabricação igual ou inferior a **06 (seis)** no momento da entrega.

7.5. Na hipótese de rejeição, pela entrega do que foi solicitado, estando em desacordo com a marca mencionada na proposta da Detentora da Ata, ou fora das especificações que foram exigidas na licitação, desde que a substituição da marca não seja devidamente autorizada pela Autarquia, a Detentora da Ata deverá repor o objeto, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da reclamação efetivada.

7.6. A substituição do objeto não exime a Detentora da Ata da aplicação de penalidade por descumprimento da obrigação, previstas no contrato a ser firmado.

CLÁUSULA 08

DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR

A CONTRATANTE se compromete, em decorrência desta avença, a:

8.1. Gerenciar a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

8.2. Convocar, mediante correspondência, ou outro meio eficaz, para assinarem a Ata de Registro de Preços;

8.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;



- 8.4. Realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
- 8.5. Comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata de Registro de Preços;
- 8.6. Coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;
- 8.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente Ata de Registro de Preços.
- 8.8. Definir o ponto de entrega do objeto.

CLÁUSULA 09

DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. A ata de Registro de Preço poderá ser rescindida, ou cancelada, de pleno direito nos casos de:
 - 9.2. Pela **ADMINISTRAÇÃO**, quando:
 - 9.2.1. A Detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de Registro de Preços;
 - 9.2.2. A Detentora não formalizar a Ata de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
 - 9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
 - 9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
 - 9.2.5. Por razões de interesse públicas devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
 - 9.2.6. Sempre que ficar constatado que a Detentora da Ata perdeu qualquer das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 9.2.7. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no subitem será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;
 - 9.2.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
 - 9.3. Pela **DETENTORA**, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.
 - 9.3.1. A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 90 (noventa) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, caso sejam aceita as razões do pedido.
- 9.4. A administração, poderá, a seu critério, convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do edital para assumirem o objeto da Ata de Registro de Preço, desde que concordem com a prestação de serviços nas condições proposta pela Detentora.



9.5. A inexecução total ou parcial desta ata, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 77 e 78, da Lei nº 8.666/93.

9.6. A rescisão da Ata de Registro de Preços poderá se dar qualquer das formas delineadas no art. 79, da Lei nº 8.666/93.

9.7. Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI, do artigo 78, da Lei nº 8.666./93, a DETENTORA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 10

SANÇÕES

10.1. A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, sujeitará a Detentora da Ata às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com esta Autarquia pelo prazo de até **02 (dois) anos**, conforme a autoridade fixar em função da natureza e da gravidade da falta cometida;

10.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Autarquia, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Autarquia pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.1.4. À parte que der causa à rescisão do presente Ata de Registro de Preços sem justa causa, ressalvando os motivos constantes no **subitem 10.1.5.3** obrigar-se-á ao pagamento de multa equivalente a **20% (vinte por cento)** do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços, à época da ocorrência, a qual será revertida à parte inocente, garantindo sempre o direito à defesa.

10.2. Pelo atraso na entrega do objeto, a Detentora da Ata pagará a seguinte multa, garantindo sempre o direito à defesa:

10.2.1. Atraso em até **05 (cinco) dias consecutivos**: multa de 1% ao dia sobre o valor da Nota de Empenho;

10.2.2. Atraso de **06 (seis) à 08 (oito) dias consecutivos**: multa de 2% ao dia sobre o valor da Nota de Empenho;

10.2.3. Superior a **08 (oito) dias consecutivos**, enseja a rescisão da Ata de Registro de Preços, aplicando a multa de 20% sobre o valor da Nota de Empenho e as demais penalidades constantes nesta Ata, a qual será revertida à parte inocente, garantindo sempre o direito à defesa.

10.3. A multa prevista nesta cláusula não têm caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas. A **DETENTORA DA ATA** também não se eximirá das sanções previstas nas **Leis Federais nºs 8.666/93 e 8.883/94 e suas alterações**.



CLÁUSULA 11

DOS TRIBUTOS E DESPESAS

Constituirá encargos exclusivos da **DETENTORA DA ATA** o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização desta Ata, bem como, custos com funcionários e demais obrigações para o cumprimento fiel das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 12

DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 O responsável pela gestão da ata de registro de preços será o diretor operacional II Sr. Sergio Marcos Pinto e a responsável pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimento será a Srta. Brenda Ramalho Moraes, sendo que o Diretor Geral poderá designar outra(s) pessoa(s) para gestão, acompanhamento e fiscalização, onde a detentora será comunicada.

12.2. Se houver mudança das pessoas acima nomeadas durante a vigência da ata de registro de preços, a detentora será comunicada por ofício, não havendo necessidade de formalização de Termo Aditivo.

12.3. A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da DETENTORA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR.

12.4. A ausência de comunicação, por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, referente a irregularidades ou falhas, não exime a DETENTORA do regular cumprimento das obrigações previstas nesta ata de registro de preços e no edital e seus anexos.

CLÁUSULA 13

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. O objeto, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da entrega dos bens, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

13.2. Por ocasião da entrega, a DETENTORA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, e assinatura do servidor do ÓRGÃO GERENCIADOR responsável pelo recebimento.

13.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

13.3.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de substituição, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do ÓRGÃO GERENCIADOR, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

13.3.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de complementação, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do ÓRGÃO GERENCIADOR, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

13.4. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis após o



recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo", firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA 14

DO SUPORTE LEGAL

O presente instrumento é firmado de acordo com as Leis n.º **8.666/93** e **8.883/94** e suas alterações.

CLÁUSULA 15

DO FORO

15.1. Para quaisquer questões, dúvidas ou controvérsias oriundas da execução do presente contrato, as partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de **Pedreira, Estado de São Paulo**, para dirimir as questões da interpretação deste ajuste, e renunciam a outros pôr mais privilegiados que sejam.

15.2. E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado e pôr estarem as partes justas e contratadas de pleno acordo, assinam a presente Ata em três vias de igual teor e para um único efeito de direito, juntamente com duas testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presente.

Pedreira (SP), _____.

SERVIÇO AUT.DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

(NOME DA DETENTORA)

**(REPRESENTANTE LEGAL DO
ORGÃO GERENCIADOR)**

(REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA)

TESTEMUNHAS:

01 - Nome por extenso : _____

R.G. : _____

Assinatura : _____

02 - Nome por extenso : _____

R.G. : _____

Assinatura : _____



ANEXO VII – PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021

Ata de Registro de Preços nº ____/2.021

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições parceladas de "Pneus" novos os quais serão utilizados para substituição dos pneus avariados dos veículos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira.

Na qualidade de **ORGÃO GERENCIADOR** e **DETENTORA DA ATA**, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Pedreira(SP), __ de _____ de 20__.

SERVIÇO AUT.DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

(NOME DA DETENTORA)

**(REPRESENTANTE LEGAL DO
ORGÃO GERENCIADOR)**

(REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA)

TESTEMUNHAS:

01 - Nome por extenso : _____

R.G. : _____

Assinatura : _____

02 - Nome por extenso : _____

R.G. : _____

Assinatura : _____



ANEXO VIII – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2021

QUANTIDADES E DESCRIÇÕES DE CADA LOTE QUE COMPÕE O OBJETO

Ref: Pregão Presencial nº. 14/2021
Processo Licitatório nº. 814/2021

PLANILHA 01 LOTES CORRESPONDENTES À COTA AMPLA

ITEM	QTDE.	UNIDS.	DESCRIÇÃO
1	8	Unid.	PNEU TRASEIRO BORRACHUDO MEDINDO 1000/20 CAPACIDADE DE CARGA 3000 A 3075KG PNEU RADIAL PARA SERVIÇOS URBANOS PROFUNDIDADE INICIAL DO SULCO DE 16.5 Á 17.5 CALIBRAGEM DE 115 LIBRAS COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
2	8	Unid.	PNEU LISO DIANTEIRO MEDINDO 1000/20 CAPACIDADE DE CARGA de 3000 a 3075 KG PNEU RADIAL PARA SERVIÇOS URBANOS PROFUNDIDADE INICIAL DO SULCO DE 16.5 Á 17.5 CALIBRAGEM DE 115 LIBRAS COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO – MARCA:
3	15	Unid.	PROTETOR PARA PNEU 1000/20 – MARCA:
4	15	Unid.	CAMARA DE AR PARA PNEU 1000/20 – MARCA:
5	15	Unid.	PNEU 185 - R14 COM 08 LONAS COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
6	15	Unid.	PNEU 165X70 R13 PARA VEICULO WOLSKVAGEN E PALIO COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
7	15	Unid.	PNEU 175/65 R14 PARA VEICULOS MOBI E PEUGEOT COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INMETRO – MARCA:
8	8	Unid.	PNEU 175/65 R14 PARA VEICULOS MOBI E PEUGEOT COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INMETRO – MARCA:
9	8	Unid.	PNEU 175/70 R14 PARA VEÍCULO STRADA COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
10	8	Unid.	PNEU 750 /16 R16 PARA VEÍCULO MERCEDES 608 TRASEIRO BORRACHUDO COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
11	8	Unid.	CAMARAS DE AR P/ PNEU BORRACHUDO TRASEIRO 750 X 16 R CAMINHAO 608 – MARCA:
12	8	Unid.	PROTETOR PARA PNEU 750x16 R16 – MARCA:
13	4	Unid.	PNEU DIANTEIRO LISO PARA VEICULO MERCEDES 608 750/16 COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:



14	4	Unid.	CAMARA DE AR PARA PNEU 750/16 - DIANTEIRO ARO 16 – MARCA:
15	4	Unid.	PROTETOR PARA PNEU 750/16 – MARCA:
16	4	Unid.	PNEU TRASEIRO PARA RETRO ESCAVADEIRA MAXXOR 19.51.24 12 PR 210 RPA COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
17	4	Unid.	PNEU DIANTEIRO PARA RETRO ESCAVADEIRA MAXXOR 12.16.5 COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
18	8	Unid.	PNEU 185/65 R15 PARA VEICULO RENAULT LOGAN COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
19	8	Unid.	PNEU 165X70 R13 PARA VEICULO WOLSKVAGEN E PALIO COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
20	6	Unid.	PNEU TRASEIRO PARA MOTOCICLETA FAN HONDA 125 CC 90/90/18 COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
21	6	Unid.	PNEU DIANTEIRO PARA MOTOCICLETA FAN HONDA 125 CC 80/100/18 COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
22	3	Unid.	PNEU TRASEIRO PARA MOTOCICLETA YAMAHA FACTOR 125 CC 90/90/18 COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
23	3	Unid.	PNEU DIANTEIRO PARA YAMAHA FACTOR 125 CC 2.75.18 COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:

PLANILHA 02 LOTES CORRESPONDENTES À COTA RESTRITA

ITEM	QTDE.	UNIDS.	DESCRIÇÃO
24	1	Unid.	PROTETOR PARA PNEU 1000/20 – MARCA:
25	1	Unid.	CAMARA DE AR PARA PNEU 1000/20 – MARCA:
26	1	Unid.	PNEU 185 - R14 COM 08 LONAS COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
27	1	Unid.	PNEU 165X70 R13 PARA VEICULO WOLSKVAGEN E PALIO COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO – MARCA:
28	1	Unid.	PNEU 175/65 R14 PARA VEICULOS MOBI E PEUGEOT COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INMETRO – MARCA: